

Sindicato cobra novo Acordo do PCR

Foto: Benedito Maia/Arquivo

Categoria não abre mão do debate sobre novos critérios do Plano que determina o futuro das carreiras

O Acordo Específico do PCR venceu em outubro de 2005. Apesar do extra-acordo de 2006 sinalizar que seriam definidas as novas regras até 30 de abril próximo, a direção da Cemig não agendou reunião sobre o tema. O diretor de Formação do sindicato, Lúcio Parrela, ressalta que “se a empresa chegar novamente com uma proposta feita entre quatro paredes, sem a participação dos eletricitários, vai encontrar resistência da categoria, que mais uma vez se mobilizará em defesa do PCR”.

Lúcio Parrela recorda que a Hay, consultoria contratada pela Cemig, construiu um PCR que sucateava muitas carreiras, mas os eletricitários se mobilizaram e mudaram a maioria das regras.

No entanto, ainda há muitos acertos a serem feitos no Plano negociado, como a carreira do técnico administrativo, bastante rebaixada pelo PCR. Ele ressalta que a postura da direção da empresa, em 2003 e 2004, para tentar aprovar o PCR unilateral, é um alerta à categoria para evitar que o novo Acordo aprofunde a verticalização do Plano e amplie os poderes dos chefes.

Mobilização a vista

Lúcio ressalta que o Comitê do Plano foi esvaziado pela direção da empresa, que inviabilizou a participação do trabalhador na sua aplicação. “Agora, é preciso construir coletivamente um PCR que contemple olhares diferentes. Temos que negociar, considerando o que repre-



Grande mobilização em defesa de justiça no PCR levou à conquistas, há três anos, e pode se repetir

senta esta ferramenta no contexto da organização do trabalho na empresa, e tomando como referência a negociação passada, destacar o que trouxe de possibilida-

des e o que acabou servindo de limitação para categoria”, avalia. Para ele é hora do eletricitário arregaçar as mangas e exigir o debate, colocando em pauta a

correção de distorções, maior equilíbrio entre as carreiras, a ampliação e a democratização das possibilidades de progressão e mobilidade, hoje restritas.

Curso de formação em saúde e segurança

Dia 24 de março de 2007 (sábado) no Metabase, em Itabira, a partir de 14 horas.

Aberto a todos os interessados em participar das CIPAS.

Informações e inscrições na Regional, pelo telefone (31) 3822.3003

Avaliação de desempenho é maior polêmica

O modelo de Avaliação de Desempenho do RH é um dos pontos mais críticos do PCR e questão central para o funcionamento do Plano. Para o sindicato, é preciso horizontalizar o processo, dividindo o poder decisório com os trabalhadores, como forma de melhor identificar o que contribui para o crescimento do grupo e da empresa. “Defendemos um modelo misto, que contemple o desempenho mais objetivo, mas que considere também o conhecimento acumulado, a história na empresa e a maturidade do trabalhador; zelando por um ambiente de trabalho mais saudável do que o modelo em vigor”, detalha Lúcio.

Em Uberaba, o clima de avaliação de desempenho se

arrasta. A direção do Sindieleto foi procurada por trabalhadores da DO/UR que desde novembro são submetidos a avaliação Comportamental e Técnica mensal e participam de reuniões de feedbacks com chefes. Os encarregados também avaliam as equipes e suas notas têm maior peso. O resultado é transformado em gráfico afixado no departamento onde cada trabalhador tem um código.

O coordenador do Sindieleto na Regional Triângulo, Salim Gomes, acredita que a intenção é preparar o caminho para a avaliação de desempenho oficial, ampliando vícios da política de RH ao dar aos encarregados poderes para rebaixar as notas e propor o uso de referenciais gerenciais como quantidade de reclamações atendidas e falhas na segurança e administrativas.

Para Salim a falta de critério profissional e psicológico faz com que estas avaliações prévias dividam, constrojam e exponham os profissionais, criando um clima desagradável. “Além disso os trabalhadores são obrigados a assinar o BSC, que é a média de atividades e falhas,

que pode ser usado futuramente para coagir ou punir o trabalhador: Como um eletricitista pode subir no poste preocupado diariamente com um formulário?”, questiona Salim.

“Essa competição desestabiliza, o que é complicado para nós que trabalhamos em atividade de risco”, diz um eletricitista. Outro trabalhador considera os critérios da avaliação paralela injustos, já que estabelecem a

mesma meta para equipes das áreas urbana e rural, que vivem realidades absolutamente diferentes. “Um eletricitista da área urbana atende 13 pedidos por dia, nós conseguimos atender no máximo três fazendas. Antes o quilômetro rodado contava para o cumprimento da meta, mas até isso acabou. Por isso essa quantidade de avaliações só aumenta nossa frustração. Queremos padronização e transparência”, afirma.

Cemig: “resultado com menos sentimento”

O engenheiro responsável pela DO/UR, Luiz Cláudio Soares, diz que o objetivo das avaliações, “que não chegam a ser paralelas”, é reunir dados numéricos para subsidiar a avaliação anual do RH. “O intuito é termos resultado com menos sentimento e mais realidade, buscando sermos mais justos e menos subjetivos, evitando que questões pessoais comprometam a isenção. É um jogo onde todos devem saber as regras”, argumenta.

O diretor do Sindieleto em Uberaba, Natanael Marçal, ques-

tiona a forma de avaliação, realizada anteriormente com a equipe de Frutal, no Triângulo.

Para ele as reuniões desvirtuam as discussões permanentes sobre o trabalho em equipe, que deveriam ser saudáveis. “Ao vincular esta discussão à avaliação de desempenho, incentivam a divisão da equipe, talvez de forma irreversível”, avalia Natanael. “Para nós esta avaliação é ilegal e constrangedora e tem a clara intenção de mostrar o poder de mando da gerência”, diz Salim.

Curso para cipista começa por Divinópolis

Para muitos eletricitários, o último sábado, 17, foi dedicado ao debate sobre o funcionamento das CIPAS e a política de saúde e segurança da Cemig. O Sindieletrô inaugurou na Regional Oeste o primeiro módulo do curso de formação dedicado aos cipistas e trabalhadores interessados no assunto. Familiares dos trabalhadores também participaram, o que, na opinião da direção do Sindieletrô, foi muito importante para eles discutirem a política de saúde e segurança da Cemig, o peso do processo de trabalho e a forma como a empresa lida com os registros nos números de acidentes e doenças ocupacionais.

Com duração de oito horas, o curso será levado às demais Regionais do Sindieletrô, sob a coordenação do diretor de Saúde e Segurança, Jairo Nogueira Filho, e da médica do trabalho, Ana Lúcia Murta. José Luiz Fazzi, assessor de Formação, é responsável pela dinâmica, com atividades que estimulam os participantes a expor

seus pontos de vista e idéias sobre o trabalho das CIPAS.

Após as eleições das Comissões, o sindicato vai promover o segundo módulo em todo o estado, dando maior ênfase ao treinamento técnico. Jairo Nogueira Filho avalia que a importância do curso é despertar o interesse para o verdadeiro papel das CIPAS e a necessidade da própria categoria construir conjuntamente ações de saúde e segurança. “Conquistamos o mandato de dois anos para as CIPAS, o que vai possibilitar o melhor uso do seu espaço para argumentar, questionar e cobrar soluções para a triste e caótica realidade da saúde e segurança na empresa”, destaca.

O diretor ressalta que há um clima de indignação na empresa por causa das normas meramente punitivas e diz que um dos papéis da CIPA é acabar com o mito de que o trabalhador é culpado pelos acidentes e pelo quadro de adoecimento que se instalou na Cemig. Segundo ele, o próprio processo de trabalho e

a gestão da empresa são prejudiciais à saúde e segurança.

Para a médica Ana Lúcia Murta, o trabalhador precisa se apropriar do processo de trabalho, discuti-lo, mostrar que sua experiência aponta onde estão os “erros” e os “nós” que necessitam ser trabalhados para se construir uma cultura de prevenção. Segundo ela, essa construção é feita a quatro mãos, não de cima para baixo. “O processo é longo e demanda políticas socialmente construídas para serem eficazes. Disso depende o sucesso ou o fracasso de uma ação”, salienta.

Participação democrática

Para Celso Primo, coordenador da Regional Oeste, o curso possibilitou a participação democrática e efetiva, despertando os membros das CIPAS para a organização. “Agora vamos programar a segunda etapa do curso quando construiremos uma política de atuação e de transformação da CIPA em espaço democrático e efetivo de prevenção de acidentes”, diz.

Eleições já têm data

O processo de eleições para representantes dos trabalhadores nas 81 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes da Cemig foi aberto no último dia 12, com a convocação dos eletricitários para a formação de chapas.

As inscrições das candidaturas poderão ser encaminhadas às comissões eleitorais das CIPAS, de 19 de março a 03 de abril. De 09 a 12 de abril ha-

verá votação e, no dia 13, a apuração dos votos.

A Cemig realizará o treinamento para os novos cipistas de 23 a 31 de abril, na Escola de Sete Lagoas, com a opção de curso on line para os reeleitos. A posse, em 1º de junho, será um marco na luta por uma política efetiva de Saúde e Segurança, a partir da atuação qualificada dos representantes dos eletricitários.

FALA TRABALHADOR

O que você acha que deve mudar no PCR?

Fotos: Benedito Maia



Os critérios do PCR e da Avaliação de Desempenho não são claros. Algumas



A Cemig deveria, primeiro, zerar tudo, resolver perdas, atrasos e distorções para depois

implantar o PCR, beneficiando a todos, em especial, a quem teve mérito. Tem gente que trabalha bem, e outros que estão há muito tempo na mesma atividade, mas que ainda não foram reconhecidos pelos seus pares e superiores. Isso gera insatisfação. Gostaria que todos fossem enquadrados no nível merecido. Gosto do meu trabalho, porque sei que faço bem, mas se eu e meus colegas não tivéssemos brigado, estaríamos ainda no nível 2. Fomos enquadrados no nível 3, mas o que mudou basicamente foi a descrição do cargo. É preciso que haja também reconhecimento financeiro. A experiência, a capacidade, a formação, o resultado, e o tempo de serviço dos trabalhadores devem contar para o PCR, que deve ser usado de fato para valorizar o servidor.

Paulo Natanael dos Santos,
eletricista – DC/SE – Itambé

Aguenor Timóteo Oliveira,
técnico industrial – DC/MC –
Anel Rodoviário

As contestações de uma dona de casa marcam o Dia da Mulher na Oeste



No dia Internacional da Mulher, a Regional Oeste do Sindieletrô convidou eletricitárias, eletricitários e seus familiares para assistir, em um teatro de Divinópolis, à comédia “Concessa Tecendo Prosa”, com a atriz Cida Mendes. A peça mostra o dia-a-dia de uma dona de casa simples através de “causos”, seus dramas, seus questionamentos acerca da vida, das relações homem e mulher, com os filhos, com a política e o mundo do trabalho.

O convite para assistir à peça teatral foi feito pela própria atriz Cida Mendes, acompanhando



do dirigentes da Regional Oeste na homenagem à mulher eletricitária. Celso Primo, coordenador da Regional, fez um breve discurso para uma platéia atenta de mulheres e homens, ressaltando que o parabéns às mulheres no dia 8 de março é impor-

ante, contudo, o fundamental é que a luta por igualdade de gênero seja permanente e cada vez mais fortalecida pela mobilização de homens e mulheres. Ele também “teceu prosa” sobre a desigualdade e a discriminação sofrida pelas mulheres.

Sustentando a luta

Contribuição espontânea é a forma mais democrática de viabilizar campanhas salariais e lutas estratégicas como o PCR, Forluz, Acordo Único e Odontológico

Há alguns anos, os eletricitários filiados já estão recebendo do Sindieleto a devolução da parcela do imposto sindical. Os trabalhadores associados podem reaver 60% do seu imposto, logo depois que a Cemig repassa os recursos para o sindicato.

O restante do valor não é devolvido porque é transferido diretamente da Cemig para outros órgãos, por determinação da legislação trabalhista. O Ministério do Trabalho e Emprego recebe 20% do imposto sindical arrecadado, a Federação Estadual dos Urbanitários de Minas Gerais fica com 15% do valor, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) recebe 5%.

A devolução do imposto sindical é uma decisão política da direção do Sindieleto, que

discorda da tributação imposta aos trabalhadores brasileiros há mais de 50 anos. Em nível nacional, o sindicato participa do movimento liderado pela CUT em defesa do fim de toda e qualquer taxa confederativa e arbitrária.

Na avaliação do diretor do Sindieleto e da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT), Franklin Moreira Gonçalves, estas taxas obrigatórias financiam as centenas de sindicatos e federações fantasmas existentes no país. Ele destaca que os eletricitários mineiros já conhecem os prejuízos da “pelegagem” de federações que nunca devolveram a sua cota de imposto sindical para o trabalhador, e demonstram não ter nenhum compromisso com a organização da categoria.

“São entidades que, apesar

de sustentadas pelo dinheiro do trabalhador, cobrado sem a sua deliberação, prestam um desserviço às categorias nos processos de negociação. Seus dirigentes não representam a classe trabalhadora, não realizam assembleias e estão sempre envolvidos em conchavos com os empregadores, realizando acordos silenciosos para a retirada de direitos”, lamenta.



Licença-paternidade Especial é uma conquista da categoria

A história da organização dos eletricitários é escrita diariamente por novas lutas, mas também pela preservação da memória do que já foi conquistado coletivamente. Apesar da Constituição Federal de 1988 garantir a licença-paternidade de cinco dias a partir do nascimento do filho ou da filha, os trabalhadores da Cemig já conquistaram a ampliação deste direito. Na Campanha Salarial de 2004, consciente de que há casos especiais de eletricitários que acabam de se tornar pais e precisam dar maior atenção ao filho devido a problemas no parto que levam à internação, doença e/ou falecimento da mãe, a categoria reivindicou a Licença-Paternidade Especial.

A demanda foi apresentada no primeiro item da Pauta de Reivindicações – Igualdade de Garantias para Trabalhadores e Trabalhadoras. A pauta dizia que “a Cemig concederá licença-paternidade aos trabalhadores pelo período de quatro meses após o nascimento do filho, na hipótese de impossibilidade da mãe, por motivos de saúde, abandono da criança e morte etc”.

Após mobilização da categoria, vários debates entre o sindicato e o Comitê de Negociação da Cemig, o benefício pa-

ra estes casos especiais passou a valer por 30 dias, com possibilidade de prorrogação após análise do Serviço Médico e/ou Serviço Social da empresa. A empresa assumiu o compromisso de emitir uma IP até 31 de março de 2005 com critérios para a licença-paternidade. No ofício RH/RS nº 20675, de 29/11/2004, assinado pela DGE e encaminhado aos sindicatos, a empresa reafirmou tal compromisso e no dia 06 de abril de 2005 divulgou a IP 10.6, quando a licença passou a valer.

Luta histórica

Amobilização pela licença-paternidade especial para os eletricitários começou no final dos anos 80 e ganhou força no início dos anos 90. O diretor do Sindieleto, Carlos Alberto de Almeida (Gonzaguinha), ressaltou que, junto com a Comissão de Mães da Cemig, o sindicato sempre defendeu creches para filhos de trabalhadores e trabalhadoras e a licença-paternidade nos moldes do licença-maternidade. “Na época fizemos um levantamento apontando que muitos eletricitários pais cuidavam de seus filhos ou filhas, em função da ausência da mãe, contudo, a empresa só reconheceu o problema e aceitou garantir a licença-paternidade e

o auxílio-creche alguns anos depois”, conta.

Cláudia Ricaldoni, ex-diretora do Sindieleto e da Diretoria de Relações com os Participantes da Forluz, também participou desde o início do movimento e avalia que as crianças são as maiores beneficiadas. “Mais do que dar tranquilidade para a mãe ou para o pai no cuidado do filho ou da filha, esta conquista assegura saúde e bem-estar para a criança”, enfatiza.

Momento mais difícil

O diretor do Sindieleto, Marcelo Correia, foi um dos dirigentes sindicais que negociaram a licença-paternidade e avalia que este direito tem muito pouco impacto financeiro para a empresa, mas é de suma importância para a vida pessoal e a própria saúde do trabalhador. “Claro que ninguém quer que o trabalhador encontre-se na situação triste e difícil de precisar cuidar da criança porque a mãe está ausente. O ideal é que pai e mãe participem conjuntamente do cuidado e educação do filho e filha, mas no caso extremo da ausência da mãe, a licença-paternidade garante ao eletricitário o direito de estar perto da criança em um dos momentos mais decisivos de sua vida”, ressaltou.

Livre contribuição é base para sindicalismo de luta

Franklin destaca que a MP 293, que no ano passado reconheceu legalmente as centrais sindicais brasileiras, também previa a liberdade para o trabalhador brasileiro definir em assembleias o destino do imposto sindical. “Infelizmente, este avanço no modelo sindical foi barrado pela articulação de interesses contrários ao trabalhador no Congresso Nacional”, ressalta.

Ele acredita que a essência do verdadeiro sindicalismo é o investimento voluntário do trabalhador, que cobra da entidade o cumprimento do papel de porta-voz dos seus direitos nos embates entre capital e trabalho. “A contribuição democrática do trabalhador deve financiar a sua luta, garantindo a qua-

lificação do processo de negociação”, destaca.

Para Franklin, o Sindieleto é um bom exemplo do sindicalismo livre, combativo, que leva para a base todas as decisões importantes, inclusive sobre sua sustentação econômica. “Nós, eletricitários, mostramos que só a organização financiada democraticamente pelo trabalhador permanece e se renova através de práticas ousadas como a descentralização das assembleias livres e participativas e lutas permanentes. Somos um dos poucos sindicatos do Brasil com assessorias altamente qualificadas nas áreas jurídica, econômica (Dieese), de comunicação, formação, e de saúde e segurança, a serviço do aprimoramento da organização dos trabalhadores”, diz.

Lei Maria da Penha protege mulheres da violência doméstica

Nova lei define que a violência contra a mulher é crime e fecha o cerco contra os agressores que apostavam no constrangimento da vítima e na omissão da sociedade

Em 7 de agosto de 2006, foi sancionada pelo presidente Lula a lei 1.340, que cria mecanismos para combater a violência contra a mulher. Esta lei recebeu o nome de “Maria da Penha”. “Essa mulher renasceu das cinzas para se transformar em um símbolo da luta contra a violência doméstica”, afirmou o presidente. A lei define o que é a violência doméstica – física, psicológica, sexual, patrimonial e moral – e faz com que o

poder público aja na prevenção e combate às agressões.

Agora o agressor pode ser preso em flagrante ou preventivamente, e o tempo máximo na prisão aumentou de um para três anos. Penas em que o réu é condenado a pagar cestas básicas ou multas não podem mais ser aplicadas. A mulher só pode desistir da denúncia na presença do juiz e são adotadas medidas como a proteção dos filhos e o direito da mulher re-

aver seus bens e cancelar procurações feitas em nome do agressor.

A Lei Maria da Penha determina a criação de juizados especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para agilizar os processos. Até então o crime de violência doméstica era considerado de “menor potencial ofensivo” e julgado junto com causas como acidentes de trânsito.

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire, informou que o telefone 180 já está recebendo, por dia, cerca de 3.000 denúncias de violência doméstica vindas de todo o país.

Denúncias já aumentaram

Segundo a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) de BH, desde a publicação da Lei, mais de 100 homens foram presos em flagrante e mais de 1000 solicitações de proteção foram encaminhadas à Justiça na região. A delegacia recebe 600 denúncias e pedidos de providências por mês. Para Christina Diniz, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, a nova legislação é uma conquista, mas ainda há muitos desafios. “A Lei Maria da Penha precisa ser divulgada e cumprida. É preciso que haja capacitação dos polici-



Maria da Penha, a ministra Ellen Gracie, o presidente Lula, as ministras Dilma Rousseff e Nilcéia Freire, na sanção da nova lei

ais para o atendimento e que as delegacias da mulher funcionem 24 horas, pois a violência não tem hora para acontecer”.

Quem ama, respeita

A aposentada Sidy Gonçalves, 60 anos, conta que já apanhou muito do ex-marido. “Ninguém entrava no meio. Diziam que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher, mas acho que todo mundo tem que se meter sim. Senão, a gente sofre muito, e sozinha”. Uma pesquisa realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo apontou mais de dois milhões de casos de violência doméstica por ano. Uma em cada cinco brasileiras sofreu algum tipo de violência praticada por homem.

“A violência doméstica é questão de saúde pública. Gera problemas como depressão, síndrome do pânico e outras doenças psicossomáticas, podendo inclusive desencadear psicoses”, explica Adriana Luiza Ventura, psicóloga da Coordenadoria Especial de Políticas para a Mulher de Contagem.

Maria da Luta

Abiofarmacêutica Maria da Penha Maia lutou 20 anos para seu agressor ser condenado. Em 1983, o marido de Maria, o professor universitário Marco Antonio Herredia, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez, deu um tiro que a deixou paraplégica. Na segunda, tentou eletrocutá-la. Na ocasião, ela tinha 38 anos e três filhas, entre 2 e 6 anos. O agressor foi preso em 2002, cumpriu dois anos de pena e está em liberdade.

Após as tentativas de homicídio, Maria da Penha se engajou em movimentos contra a violência e a impunidade que contribuíram para a criação da lei. Ela recomenda que a mulher denuncie a partir da primeira agressão. “Não adianta conviver porque a cada dia essa agressividade tende a aumentar”.

CUT lança campanha nacional

Teresa dos Santos Silva, da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT Minas, considera a violência doméstica um problema social que tem como causas principais o alcoolismo e o ciúme dos maridos ou companheiros. Segundo ela, a nova lei não resolve essa situação, mas certamente inibe o agressor, já que agora haverá mais rigor no tratamento dos casos de violência. “Essa lei veio complementar a luta histórica das mulheres para mudar essa triste realidade”, avalia.

No dia 5 de março, a CUT lançou campanha nacional de mobilização para a

divulgação da Lei Maria da Penha. Em Minas, foi montado um Grupo de Trabalho, composto por mulheres ligadas a diversos sindicatos e movimentos sociais, para divulgar a lei em escolas, associações comunitárias, sindicatos e igrejas.

Para Adria Ferraz, da Marcha Mundial das Mulheres, a mudança desse quadro de violência vai depender da conscientização e da pressão de toda a sociedade. “Temos que lutar para impedir a violência de gênero e para superar as relações de poder que existem entre o homem e a mulher”, destacou.

